



PODER

Governo tenta destravar medidas de apelo eleitoral nos últimos cinco dias de esforço concentrado antes do pleito. Entre as prioridades estão o fim da chamada "taxa das blusinhas", a redução da escala 6x1 e a aprovação da PEC da Segurança Pública

Lula aposta em semana decisiva no Congresso

» LUIZA ALTOÉ

Entre hoje e sexta-feira, o Congresso Nacional realiza a última semana de esforço concentrado antes das eleições. O momento é decisivo para o governo, que aguarda a aprovação de matérias prioritárias populares que podem servir de bandeira eleitoral durante a campanha. A expectativa de aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é que, nesta semana, matérias como o fim da "taxa das blusinhas" e da jornada de trabalho 6x1 sejam aprovadas pelos parlamentares.

A Comissão Mista deve ler e analisar, hoje, o relatório da senadora Leila Barros (PDT-DF) sobre a medida provisória (MP) que põe fim à "taxa das blusinhas", imposto de importação federal de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. A matéria é considerada prioritária para o governo pelo seu grande apelo popular às vésperas das eleições. Levantamento da Atlas/Bloomberg de março revelou que 62% dos brasileiros consideram a MP das blusinhas o maior erro do governo atual.

Para a tributação seguir zera, a MP precisa ser aprovada na comissão mista e nos plenários da Câmara e do Senado até 8 de setembro. A expectativa do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) — presidente da comissão que analisa a matéria — é concluir a votação nas duas Casas até, no máximo, esta quarta-feira. A cúpula do Congresso sinalizou apoio à matéria e garantiu ao presidente Lula que a proposta não irá caducar.

Há também o fim da escala de trabalho 6x1, grande aposta do governo como bandeira eleitoral da gestão Lula 3. No fim de semana, o líder petista cravou a aprovação da matéria no Senado, assim como o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). A iniciativa tramita via proposta de emenda à Constituição (PEC) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e é o primeiro item da pauta desta quarta.

A PEC necessita de 14 votos para aprovação na CCJ. A oposição planeja postergar a votação com instrumentos regimentais como pedido de vista, mas a duração do

adiamento — que pode ser de horas até cinco dias — cabe ao presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), aliado do governo e favorável à proposta. Aprovada, para ser promulgada, a matéria ainda precisa receber no mínimo 49 votos favoráveis dos senadores em dois turnos no plenário.

Na CCJ, os senadores também podem votar a PEC da Segurança Pública, outra grande prioridade do governo, que busca usar a matéria na campanha eleitoral como um dos feitos do governo Lula na área da segurança. O relator da PEC, senador Rogério Carvalho (PT-SE), assim como Omar Aziz (PSD-AM), sugeriu a aprovação do texto nos moldes vindos da Câmara para evitar uma postergação da tramitação da matéria. Segundo fonte, o governo articula para também levar a matéria ao plenário nesta semana.

No plenário do Senado estão pautadas outras duas matérias prioritárias do governo. Uma é o projeto de lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (Cimce). A outra é o projeto de lei que institui um Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). O governo quer a aprovação das duas propostas como forma de dar mais segurança jurídica e atrair investimentos para essas áreas no Brasil.

Sinal de alerta

O Congresso também pode votar matérias com grande impacto nas contas públicas. No Senado, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está pautada a discussão de novas emendas apresentadas ao projeto que eleva o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. A proposta é considerada pela equipe econômica do governo uma "pauta-bomba", ou seja, de grande impacto fiscal, por aumentar a despesa da União em R\$ 8,4 bilhões por ano.

Além disso, no plenário da Câmara, está em pauta o projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para inserir as agências reguladoras na carteira de despesas livres de contingenciamento. Tal medida impede que o governo corte gastos para cumprir metas fiscais.

Pedro Gontijo/Senado Federal



Na quarta-feira passada, o petista recebeu Alcolumbre e Motta para um almoço no Palácio da Alvorada para discutir as pautas do esforço

Análise da notícia

Fator eleitoral acelera aprovação

POR LUIZ CARLOS AZEDO

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso remunerado e sem redução salarial, deve ser aprovada pelo Senado nesta semana, talvez hoje. Apesar da reação de entidades empresariais, a campanha eleitoral joga a favor da mudança. O relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) na Comissão de Constituição e Justiça manteve o texto aprovado pela Câmara e rejeitou as 12 emendas apresentadas.

A ideia é aprovar e implementar a mudança a galope: a PEC 221/2019 prevê que dois meses após a promulgação pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), a jornada

máxima cairá para 42 horas; em um ano, chegará definitivamente às 40 horas semanais. A proposta está entre as prioridades acertadas por Alcolumbre com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Os comandos do Executivo e do Congresso, portanto, bateram martelo para votar a matéria antes das eleições.

Pesou no acordo a questão eleitoral. Diferentemente dos deputados, eleitos pelo sistema proporcional, os senadores disputam eleições majoritárias. Precisam responder diretamente ao eleitorado de seus estados. Neste ano, quando estarão em disputa dois terços das 81 cadeiras do Senado, votar contra uma medida de forte apelo popular pode custar o mandato.

Mesmo que entidades empresariais argumentem que a redução da jornada aumentará

custos, pressionará preços, reduzirá contratações e poderá estimular a informalidade, principalmente no comércio, nos serviços e nas pequenas empresas, a maioria dos senadores deve aprovar a emenda. São objeções de difícil sustentação diante uma bandeira que virou ideia-força: trabalhar menos, descansar dois dias e continuar recebendo o mesmo salário.

A escala 6 x 1 deixou de ser apenas uma reivindicação sindical. O Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), impulsionado pelas redes sociais, transformou o tema numa questão de qualidade de vida. Para milhões de trabalhadores, significa mais tempo para a família, lazer, estudo, descanso ou uma segunda atividade. Além disso, o limite constitucional de 44 horas está congelado desde 1988, enquanto produtividade, tecnologia e organização das empresas

mutaram profundamente.

Chile, Colômbia e México também adotaram ou estão implantando jornadas menores, numa tendência estimulada há décadas pela Organização Internacional do Trabalho. Para Lula, a PEC é o coroamento de suas propostas econômicas de impacto social imediato e forte acolhida emocional pelos beneficiados. Bolsa Família, Vale-Gás, aumento real do salário-mínimo, isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e queda do desemprego fazem parte desse repertório. A jornada de 40 horas acrescentaria algo eleitoralmente ainda mais poderoso: tempo livre.

A oposição defende negociação coletiva ou salvaguardas para determinados setores, mas dificilmente conseguirá transformar a manutenção da escala de trabalho 6x1 numa bandeira popular.

TARIFAÇÃO

Brasil e EUA voltam hoje à mesa de negociação

» ARMANDO HOLANDA

O governo brasileiro chega à nova rodada de negociações comerciais com os Estados Unidos, marcada para hoje, sem expectativa de um acordo imediato para reverter o tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump. No Palácio do Planalto e no Itamaraty, a avaliação é de que o encontro entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, e o representante comercial norte-americano, Jamieson Greer, terá caráter exploratório e servirá, principalmente, para medir até onde Washington está disposto a avançar.

A reunião ocorrerá virtualmente, às 14h30, e será a primeira entre

Greer e o lado brasileiro desde que as novas sobretaxas entraram efetivamente em vigor. Além do Mdic, representantes do Ministério das Relações Exteriores devem acompanhar as discussões. O encontro foi articulado após a conversa telefônica entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Trump, no último dia 21, quando os dois presidentes concordaram em reabrir o canal de negociação comercial.

Nos bastidores, integrantes do governo dividem as tratativas em dois momentos. A primeira etapa, voltada a tentar impedir que Washington efetivasse as medidas, é considerada encerrada. Agora, Brasília trabalha diante de um novo cenário, com as tarifas já em

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Márcio Elias Rosa: orientação é conter expectativas sobre a conversa

vigor, e busca rediscutir pontos da relação comercial, além de identificar quais concessões os norte-americanos estariam dispostos a colocar sobre a mesa.

Ponto de partida

A orientação é conter expectativas sobre a conversa. Fontes do Planalto e do Itamaraty avaliam

que dificilmente Márcio Elias e Greer sairão do encontro com um entendimento fechado. Eventuais propostas deverão retornar aos respectivos governos antes de qualquer decisão. A expectativa, portanto, é de que a reunião funcione como ponto de partida para uma nova sequência de negociações.

A prioridade brasileira será ampliar a relação de produtos excluídos das sobretaxas. Uma discussão mais ampla sobre a reversão das medidas ficaria para uma etapa posterior.

As duas medidas adotadas por Washington em julho estabeleceram cobranças adicionais de 25% e 12,5% sobre parcelas das importações brasileiras. Quando incidem simultaneamente sobre uma mesma mercadoria, a sobretaxa chega a 37,5%. Dados do Mdic apontam que 23,1% das exportações brasileiras aos Estados Unidos estão alcançadas pelas novas medidas. Desse total, 16,5%

estão sujeitos à alíquota acumulada de 37,5%, incluindo máquinas e equipamentos, madeira, calçados, móveis e confecções.

Antes do agravamento da disputa, Márcio Elias e Greer já haviam participado de cinco reuniões de alto nível desde maio, além de encontros entre equipes técnicas. As discussões envolviam pontos levantados por Washington no âmbito da Seção 301, como comércio digital, tarifas preferenciais, propriedade intelectual, etanol, desmatamento e combate à corrupção. A sequência de conversas, porém, não impediu a adoção das sobretaxas.

Apesar de outros assuntos estratégicos permearem a relação bilateral, fontes do Itamaraty avaliam que a conversa deverá permanecer concentrada, inicialmente, no regime tarifário. Temas como minerais críticos, por exemplo, não são vistos neste momento como eixo central do encontro.